

Seminário “Constituição, Dignidade e Trabalho” homenageia os 30 anos da Constituição Federal e os 40 anos da AMATRA 8



No dia 30 de novembro de 2018, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, realizou o Seminário “Constituição, Dignidade e Trabalho” uma homenagem aos 30 anos da Constituição Federal Brasileira e aos 40 anos de fundação da Associação. A partir das 8h30, no auditório do campus de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa (Av. Alcindo Cacela, 980), uma série de palestras abordaram temáticas relacionadas àquela que é um marco no Estado Democrático de Direito e na garantia do acesso à Justiça.

O juiz do Trabalho Presidente da ANAMATRA, Guilherme Feliciano, fez a conferência de abertura do evento com o tema “O STF e a Jurisdição Trabalhista”, mesa presidida pelo Presidente da AMATRA 8, juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá.

O primeiro painel do dia tratou sobre “Eficácia Constitucional e Dignidade do Trabalhador”. A mesa foi conduzida pelo Diretor Cultural da AMATRA 8, Prof. Dr. Ney Maranhão. Foram painelistas a Desembargadora do Trabalho do TRT 8, Prof. Dra. Pastora

do Socorro Teixeira Leal, o Procurador do Trabalho aposentado, Prof. Dr. José Cláudio Monteiro de Brito Filho e o Desembargador do Trabalho decano do TRT 8, Prof. Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca.

Em sua explanação, a Desembargadora do Trabalho da 8ª Região, Pastora Leal, falou sobre os aspectos polêmicos do dano extrapatrimonial na reforma trabalhista e as relações de preconceito na sociedade que se agravam no ambiente de trabalho, tornando o empregado refém do empregador.

José Cláudio Monteiro de Brito Filho destacou que a dignidade da pessoa humana é um conceito amplo, mas norteador também do Direito do Trabalho. Segundo o professor e procurador aposentado três pressupostos do Direito do Trabalho devem ser respeitados: a atuação sindical dentro da empresa, a inspeção do trabalho e a proteção do trabalhador.

Após, Vicente Malheiros – que é magistrado de carreira há 45 anos – fez um panorama histórico sobre o avanço dos direitos da dignidade dos trabalhadores. “A dignidade e o trabalho são elementos

estruturantes da sociedade humana”, declarou.

No último painel do dia sobre “Capitalismo Flexível e Relações Trabalhistas”, a mesa foi conduzida pela juíza do Trabalho da 8ª Região, Diretora de Direitos Humanos da AMATRA 8, Elinay Melo. Foram painelistas a juíza do trabalho da 15ª Região, Prof. Dra. Patrícia Maeda, o advogado e autor de diversas obras jurídicas, Prof. Dr. Ricardo Guimarães e juiz do trabalho da 8ª Região, Prof. Dr. Raimundo Itamar Fernandes Júnior.

Em sua fala, a magistrada de Campinas discorreu sobre a chamada “flexibilidade” para as trabalhadoras na Nova República. Segundo Patrícia Maeda, existem muitas dificuldades de acesso à Justiça pelas mulheres trabalhadoras. “O sistema judicial está edificado para homens. As mulheres são pouco escutadas. O problema não é legal, mas cultural”, ressaltou.

Ao ministrar sua palestra, o juiz do trabalho Itamar Lemos Fernandes Junior, citou conceitos de que quando o direito não pode ser reivindicado e garantido não há justiça verdadeira. Conforme o

AMATRA 8 realiza o Programa TJC em 2018.

página: 6

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos premia projeto paraense.

página: 9

Nota Pública contra a extinção do Ministério do Trabalho.

página: 13



Carta da Diretoria Especial

Caros(as) associados(as),

Estamos chegando ao final de mais um ano.

Este ano foi especial porque comemoramos 40 anos de existência da Amatra8, construída através da dedicação de vários Magistrados e Magistradas.

No decorrer do ano publicamos um livro em homenagem a estes 40 anos e realizamos um Seminário onde foi realizada a primeira audição mundial do hino da Amatra8, de autoria do Desembargador do Trabalho Vicente Malheiros da Fonseca.

Ainda, em comemoração a esta importante data para o associativismo da Oitava Região, assinamos um convênio de cooperação acadêmica com a Universidade Clássica de Lisboa, que acreditamos possa ajudar diversos associados (as) da Amatra8.

Produzimos um documentário dos 40 anos de nossa entidade que foi distribuído a cada associado da Oitava Região, além de homenagear os associados fundadores, e todos os associados e associadas da Amatra8.

É verdade que a vida associativa não pode ser somente de celebração, as lutas junto ao CNJ, CSJT, Congresso Nacional, STF e até mesmo junto à Administração Regional têm sido inúmeras.

O Cenário remuneratório não foi dos melhores, mas não falta empenho, dedicação e atuação em favor dos direitos e prerrogativas de nossos associados.

No momento em que escrevemos esta carta, estamos com a recomposição salarial aprovada, bem como com requerimentos de reestruturação da GECJ junto ao CSJT, além de não ter sido abandonado o campo de batalha em relação ao AM e VTM (ATS).

Internamente continuamos mantendo o diálogo, sem perder de vista a defesa firme de nossos associados, o que muitas vezes nos fez ir ao embate. Obtivemos êxito em quase todos os processos administrativos em que assistimos nossos (as) associados (as), ressaltando que apenas um, ainda, em tramitação, não galgamos o resultado esperado, porém não jogamos a toalha.

Ingressamos com inúmeras ações Judiciais e/ou PCA junto ao CNJ contestando algumas decisões administrativas que nos foram desfavoráveis e alcançamos êxito em nosso intento.

Muitas vezes o trabalho em silêncio surte mais efeito do que alardes em mídias sociais. Devemos ter a prudência de saber quando usar e quais os instrumentos a usar em defesa de nossos associados (as) e do associativismo.

Na certeza de que continuaremos lutando o bom combate, sem medo de defender nossos direitos e de resistir em favor da Justiça, contando com a ajuda e colaboração de todos (as) associados (as), desejamos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

O desembargador do TRT 8, Vicente José Malheiros da Fonseca foi homenageado com a Medalha do Mérito "Guerra dos Seis Dias" outorgada pela Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz (ABFIP/ONU), por indicação da Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Ensino (SBACE), em solenidade realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 13 de junho de 2018. A Outorga tem por objetivo distinguir Pessoas que de alguma forma tenham contribuído para elevar o Histórico dos Soldados da Paz do Batalhão Suez, bem como aqueles que se destacaram por suas ações em outros países e instituições que tenham promovido os princípios básicos da ética moral e dos bons costumes no âmbito Nacional e Internacional.

>>> Trabalho Infantil

A AMATRA 8 participou de uma grande ação promovida pelo Tribunal do Trabalho da 8ª Região de combate ao Trabalho Infantil. No dia 12 de junho, das 8h30 às 12h, na Praça Brasil, a Associação teve um estande onde magistrados voluntários fizeram esclarecimentos à população sobre conceituação de trabalho infantil e suas consequências para o indivíduo que exerce este tipo de trabalho e àquele que o explora.

>>> Jus Et Labor

No dia 14 de setembro, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região realizou a cerimônia de entrega da medalha da Ordem de Mérito Jus et Labor para personalidades que prestaram relevante serviço ao País e à Justiça do Trabalho. Entre os homenageados, no grau Oficial, as magistradas associadas da AMATRA 8, Karla Martins Frota e Roberta Santos de Pinho. A AMATRA 8 parabenizou as colegas através dos Diretores Albeniz Segundo e Otávio Ferreira.

>>> Desembargador

Em sessão extraordinária, realizada na tarde do dia 30 de novembro, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém, foi realizada a posse solene do novo desembargador do TRT8, Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior. O novo magistrado já está associado à AMATRA 8.

>>> Escola Judicial

Foram empossados os novos dirigentes da Escola da Magistratura da Oitava Região, EJUD. No cargo de Diretor, tomou posse o desembargador Luis José de Jesus Ribeiro; como vice-diretor o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Moraes, associado da AMATRA 8; como integrantes do Conselho Consultivo da escola para o 2º grau foram empossados os desembargadores Vicente José Malheiros da Fonseca, Francisca Oliveira Formigosa e Walter Roberto Paro; e para o 1º grau tomaram posse os juizes Paulo Henrique Silva Àzar, Tatyane Rodrigues de Araújo Alves e Otávio Bruno da Silva Ferreira.

Expediente:

Presidente: Pedro Tourinho Tupinambá Vice-Presidente Administrativo: SAULO MARINHO MOTA Vice-Presidente Legislativo: NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES Secretária-Geral: SILVANA BRAGA MATTOS Diretor Financeiro: DEODORO JOSÉ DE CARVALHO TAVARES Diretor Cultural: Ney Stany Moraes Maranhão Diretora Social: MILENA ABREU SOARES Diretora para Juizes Fora de Sede: ODAÍSE CRISTINA PICAÑO BENJAMIM MARTINS Diretor para Juizes Substitutos: ALBENIZ MARTINS E SILVA SEGUNDO Diretor de Direitos Humanos e Cidadania: Elinay Almeida Ferreira de Melo Diretor de Imprensa: HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS Diretor para Juizes Aposentados: Haroldo da Gama Alves Diretor de Esportes e Qualidade de vida: LUCAS CILLI HORTA Diretor de Direitos e Prerrogativas: Otávio Bruno da Silva Ferreira. Conselho Fiscal: VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, Jacinto Flávio de Lacerda Marçal, VANILSON FERREIRA HESKETH. Suplentes: MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA, Suzana Maria Lima de Moraes Affonso. INFORMATIVO AMATRA 8. Edição 33 – jun-dez de 2018. Tiragem – 1.000. Jornalista Responsável: Renata Torres DRT-PA 1840 – Assessora de Comunicação. Reportagens: Renata Torres, Ascom TRT8 e Ascom Amatra. Revisão: Herbert Tadeu Pereira de Matos e Pedro Tourinho Tupinambá. Fotos: Renata Torres, Ascom TRT8, Ascom Amatra e arquivo. Colaboradores: Pedro Tourinho Tupinambá, Haroldo da Gama Alves e Herbert Tadeu Pereira de Matos. Projeto Gráfico: sSix Comunicação.

magistrado, uma das barreiras psicológicas enfrentadas pelo trabalhador é o medo de ajuizar uma ação trabalhista. Já o Advogado Ricardo Guimarães falou sobre a Duração do Trabalho e Proteção Constitucional: Interpretação Conforme da Lei 13.467/17 - o Capitalismo (Ir)Responsável.

Dando continuidade ao Seminário, na tarde de sexta-feira (30/11), a conferência de encerramento foi ministrada pela Desembargadora do Trabalho do TRT da 1ª Região, Prof. Dra. Sayonara Grillo, com o tema "O Mundo do Trabalho no século XXI: Desafios e Perspectivas", e teve a participação da vice-presidente da AMATRA 8, juíza do trabalho, Núbia Guedes.

A iniciativa teve o objetivo de promover um resgate histórico e discutir os avanços institucionais a partir da Constituição de 88. O Seminário foi gratuito, promovido pela AMATRA 8 com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – TRT 8, Escola Judicial do TRT 8, do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, da Liga Acadêmica de Direito do Trabalho, do Instituto Silvio Meira e do CESUPA.

Hino Oficial da AMATRA 8

Neste dia, foi a primeira audição mundial do hino oficial da AMATRA 8, que tem letra e música de autoria do Desembargador do Trabalho Vicente José Malheiros da Fonseca. A interpretação foi realizada pela cantora lírica Ione Carvalho e pela pianista Renata Tavernard durante a abertura do Seminário comemorativo aos 40 anos da entidade.

Convênio AMATRA 8 e Ulisboa

Durante o evento também foi assinado um convênio com a Universidade de Lisboa, que tem por objeti-



das temáticas e uma delas é ligada ao combate à pobreza através da Justiça do Trabalho. Estamos tentando ligar a investigação acadêmica à prática da Justiça do Trabalho de forma que seja melhor aplicado aquilo que nós estudamos e que seja melhor estudado aquilo que eles aplicam. É nesta relação entre magistrados e professores que estamos apostando o futuro", explica o professor.

vo estreitar as relações jurídicas entre Brasil e Portugal, promovendo um intercâmbio entre profissionais dos dois países para aperfeiçoar as boas práticas do Direito do Trabalho.

O presidente da AMATRA 8, o juiz Pedro Tourinho Tupinambá, destacou a necessidade de traçar um olhar mais humano para a questão trabalhista e o seu principal objeto de atuação. "Portugal tem uma experiência grande na área, não só do direito constitucional, mas também no direito do trabalho", afirma Tourinho. "Isso nos permite um intercâmbio cultural, científico, com troca de experiência de professores, estudantes e associados".

Como parte da celebração entre os dois países, o seminário trouxe o professor catedrático da Universidade de Lisboa, Eduardo Vera-Cruz, responsável pela assinatura e os termos do convênio. "Na faculdade de Direito nós temos centros de investigação que dedicam-se a determina-





Toma Posse da cadeira nº 18 da APLJ, o Juiz do Trabalho Océlio Moraes.

O Diretor da Escola Associativa da AMATRA 8, o juiz do trabalho Océlio de Jesus Carneiro Moraes, tomou posse da cadeira nº 18 da Academia Paraense de Letras Jurídicas, em cerimônia realizada no auditório da Escola Judicial do TRT 8, no dia 28 de setembro. O Presidente da AMATRA 8 Pedro Tourinho Tupinambá e vários magistrados associados prestigiaram o evento.

Océlio é juiz titular da 11ª Vara do Trabalho de Belém, Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos no *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor em Direito Social Fundamental pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPA, Especialista em Direito Público pela Unama, Especialista em Economia do Trabalho e Relações Sindicais pela Unicamp/CESIT em convênio com a Escola Judicial do TRT8, ele também é professor do programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) e *lato sensu* da Unama, professor convidado do PPG em Direito da Seguridade Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), professor convidado do PPG *lato sensu* em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho no Centro de Estudos Superiores do Amapá (CEAP), professor colaborador da Escola Judicial do TRT8, e professor-instrutor da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Itair Silva, do TRT8.

A Academia Paraense de Letras Jurídicas é o colegiado mais relevante e tradicional de juristas do Estado do Pará. Apenas 40 membros, todos juristas, entre advogados, magistra-

dos, membros do Ministério Público e professores. A cadeira que agora ocupa o novel acadêmico Océlio Moraes é patronímica de Genuíno Amazonas de Figueiredo, ocupada anteriormente pelo Acadêmico Laércio Dias Franco.

A solenidade foi presidida pelo Presidente da APLJ, Antonio José Mattos e teve como oradora oficial a Acadêmica Paula Franssinett Mattos que contou um pouco da história de vida do acadêmico empossado. Na ocasião, foi executado em primeira audição pública,



pela soprano Ione Carvalho e pela pianista Renata Tavernard, o hino da entidade, cuja letra é de autoria do advogado Célio Simões de Souza e música composta pelo desembargador do Trabalho, associado da AMATRA 8, Vicente Malheiros da Fonseca.

Fundada em 18 de março de 1992, a Academia visa difundir o Direito em todos os ramos e realizar seminários, reuniões, conferências e publicações de interesse do País. O Presidente da AMATRA 8, ao parabenizar o magistrado empossado, desejou sucesso nesta nova caminhada que muito orgulha os magistrados da 8ª Região.

Comitê de Gestão referenda acordo assinado entre a AMATRA 8 e o TRT 8



Na manhã de sexta-feira (10/08), o Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º grau de jurisdição, decidiu referendar o acordo assinado pela AMATRA 8 e pelo Tribunal do Trabalho da 8ª Região que trata da aplicabilidade da Resolução nº219 do Conselho Nacional de Justiça.

O acordo, trás os termos do que Foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de Associados da AMATRA 8, quando os magistrados concordaram em aceitar proposta do TRT 8 em Prover treze novos cargos de servidores no primeiro grau até final de agosto deste ano e, ainda, transferir do segundo para o primeiro grau mais 13 cargos.

AMATRA 8 comemora o Dia dos pais com churrasco e futebol

Com um delicioso churrasco, música de qualidade e bastante integração, a AMATRA 8 celebrou, no dia 25 de agosto, o dia dos pais e homenageou os aniversariantes dos meses de abril a agosto. A programação teve início com uma partida de futebol, na qual os magistrados tiveram a participação especial dos esposos de magistradas, filhos e sobrinhos.

O evento que aconteceu na sede campestre da Associação dos Magistrados do Estado do Pará – AMEPA, ofereceu após o jogo de futebol society, um delicioso churrasco e música ao vivo aos pais e familiares. O buffet composto por carnes nobres e acompanhamentos variados agradou a todos que compareceram ao evento. A animação ficou por conta do grupo Rally do Samba que trouxe um repertório repleto de sambas tradicionais e modernos.

O juiz do trabalho presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, externou sua satisfação em poder reunir os magistrados e suas famílias. “Essa comemoração é um momento de congraçamento da magistratura trabalhista da 8ª Região, é uma oportunidade de valorizar os magistrados e suas famílias e aproximá-los da Associação”, completou.

A AMATRA 8 parabeniza a todos os pais, tendo a certeza de que são exemplos para seus filhos.



Confira as fotos:



AMATRA 8 realiza o Programa TJC em 2018



Curso de Formação de Multiplicadores

O 5º Curso de Formação de Multiplicadores do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da AMATRA 8 foi realizado nos dias 28 e 29 de junho com os professores das escolas estaduais Barão do Rio Branco e Celso Malcher e ainda no dia 27 de agosto com os educadores do Movimento República de Emaús, em Belém.

Ao todo, o evento contou com a presença de mais de 100 profissionais de educação das três entidades e ainda convidados de algumas secretarias estaduais paraenses. Na mesa de abertura, Professora Elizabeth, Diretora da Escola Barão do Rio Branco, a psicóloga Rafaela Rêgo, representante a Seduc, a Representante da Sejudh, Juliana Fonteles e o Presidente da AMATRA 8, o juiz do Trabalho da 8ª Região, Pedro Tourinho Tupinambá.

“Após a abertura, os palestrantes abordaram temas relacionados aos direitos humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes, violência intrafamiliar, diversidade de gênero, sexualidade, trabalho infantil, trabalho escravo e tráfico de pessoas.

O juiz Pedro Tupinambá abriu o ciclo de palestras falando dos direitos fundamentais do cidadão, com o foco nos direitos humanos trabalhistas. O magistrado salientou que a nova legislação não fomentou o aumento do emprego, nem mesmo o desenvolvimento econômico, mas que precarizou ainda mais o mercado de trabalho no Brasil.

Sobre os direitos das crianças e adolescentes e o mercado de trabalho, o juiz diretor da AMATRA 8, Deodoro Tavares expôs o panorama da evolução do trabalho do adolescente com a lei da aprendizagem. Mas fez um alerta para a atual situação brasileira destacando, com base nas estatísticas oficiais, que muito necessita ser realizado para que o país figure entre aqueles que protegem os direitos da criança e do trabalho legal do adolescente.

Por fim, a Diretora de Direitos Humanos e Cidadania da AMATRA 8, juíza do Trabalho Elinay Melo, juntamente com o também juiz do Trabalho Jônatas Andrade falaram sobre o trabalho escravo, sua conceituação, finalidade, consequências, rede de atendimento e notificação.



Caravana Tira-dúvidas



O TJC seguiu no mês de outubro, nos dias 10 e 18, com a caravana tira-dúvidas, quando os voluntários voltaram às escolas para esclarecer as dúvidas que restaram aos alunos sobre a cartilha do trabalhador em quadrinhos, e ainda sobre os conteúdos ministrados em sala de aula de acordo com as temáticas apreendidas pelos multiplicadores.

Entre os temas do Direito do Trabalho, o mais solicitado pelos alunos foi relacionado às reformas Trabalhista e da Previdência, com o objetivo de esclarecer o impacto delas durante e após as suas carreiras laborais. Notou-se, também, que o tema “Aprendizagem” foi muito requisitado pelos alunos em razão, principalmente, das idades dos jovens que querem entrar no mercado de trabalho a partir dos 14 anos.

O trabalho escravo foi outra questão bastante discutida. Os juízes explicaram que a servidão por dívida e o trabalho degradante são as principais características do trabalho análogo ao escravo dos tempos atuais. Entre os assuntos debatidos, a licença paternidade foi o que mais levantou polemica entre os jovens, por conta do tempo muito inferior à licença maternidade.

Os juízes do trabalho que participaram desta etapa foram: Elinay Melo – Diretora de Direitos Humanos da AMATRA 8; Milena Abreu Soares – Coordenadora Regional do Programa TJC; Otávio Ferreira – Diretor de Direitos e Prerrogativas da AMATRA 8; e a magistrada convidada Gabriela Lacerda, do Rio Grande do Sul. Todos responderam a uma série de questionamentos dos estudantes a partir da Cartilha do Trabalhador, distribuída gratuitamente pelo programa e aplicada em sala de aula.

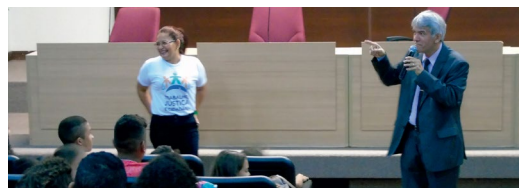


Visita ao Tribunal

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), executado no Pará pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (Amatra8), cumpriu mais uma etapa no dia 26 de outubro, quando alunos de escolas públicas viram de perto como funciona a Justiça do Trabalho. Cerca de 120 estudantes participaram da atividade, que começou com uma apresentação, feita pelo presidente da Amatra 8, Pedro Tourinho Tupinambá, de como os magistrados atuam e os principais tipos de audiência no Fórum Trabalhista de Belém.

Os alunos, que estavam acompanhados por professores, foram divididos em três turmas e visitaram as Varas dos juízes Vanilson Fernandes, Érika Lobato, Nazaré Rocha e Antônio Oldemar Coelho. Durante toda a manhã, eles ainda passaram pelo memorial da Justiça do Trabalho, pela Sala de sessões do Pleno, pelo Centro de Conciliações (Cjusc), todos setores do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, acompanhados pelos juízes voluntários do Programa.

Para a professora Keila Sanches, do Movimento República de Emaús, do bairro do Bengui, em Belém, esse tipo de atividade é de grande importância para os alunos, sobretudo para aqueles que estão prestes a entrar no mercado de trabalho na função de jovem aprendiz.



Culminância do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania reúne cerca de 150 participantes

Cerca de 150 participantes das escolas beneficiárias do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania em 2018 participaram da Culminância do TJC, realizada no dia 20 de novembro, no auditório da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Estiveram presentes magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região, professores e técnicos da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, parceira da AMATRA 8 na execução do Programa.

Num formato mais descontraído, as saudações iniciais foram feitas de pé pelos voluntários do Programa TJC e foi apresentado um vídeo com o registro das atividades desenvolvidas em 2018. Posteriormente, as apresentações dos alunos começaram pelo Movimento República de Emaús, que apresentou um Rap autoral sobre os direitos do trabalhador quando entra no mercado de trabalho. O Emaús ainda apresentou um show musical com o seu grupo de percussão chamado "Musicalizando Direitos" que levantou o público.

A Escola Estadual Celso Malcher fez uma apresentação teatral sobre a violência contra a mulher com a declamação da Crônica "Violência da Mulher" e uma outra sobre racismo no ambiente escolar e de trabalho, com teatro mudo. Encerrando a programação, os alunos da Escola Estadual Barão do Rio Branco fizeram uma apresentação estilo jogral sobre as diversas violações de direitos, como a discriminação de gênero, cor, opção sexual ou por alguma deficiência.

A culminância reflete o aprendizado e, mais uma vez, multiplica conhecimento. O prestígio proporcionado pelos presentes, representantes de várias instituições, reforça a importância do programa e o seu reconhecimento como instrumento de transformação da sociedade".



ANAMATRA realiza a 8ª edição do Prêmio de Direitos Humanos

60 mil reais foram distribuídos para trabalhos nas categorias Cidadã, Imprensa e Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC)



A Anamatra entregou, na noite do dia 18 de setembro, o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2018. A cerimônia aconteceu no Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de presidentes das Amatras, magistrados de diversas Regiões, entre outras autoridades. Nesta 8ª edição, o Prêmio contou com o apoio da Amatra 1 (RJ).

O objetivo da premiação é valorizar ações realizadas por pessoas físicas e jurídicas no Brasil que estejam comprometidas com a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho. O Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2018 distribuiu um total de 60 mil reais. Além da premiação em dinheiro, o vencedor em cada categoria/subcategoria recebeu um troféu.

Ao abrir a solenidade, o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, lembrou que a defesa da valorização do trabalho humano e do respeito à cidadania é uma previsão estatutária da entidade. "Ter um prêmio de direitos humanos é ter também a consciência de que, infelizmente, estamos longe de um mundo digno de trabalho, como bem preconiza a nossa Constituição. O Brasil alimenta-se do trabalho escravo, ainda explora a suas crianças, adoece e mata seus empregados, discrimina as suas minorias... E essa luta é de todos nós juízes e juízas do trabalho, entidades, jornalistas, estudantes aqui presentes. São as boas práticas, como as que conheceremos um pouco mais nesta noite, que nos dão fôlego e esperança para seguirmos em frente", disse.

O Projeto Direitos Humanos em Cena, da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Pará recebeu o prêmio de Menção Honrosa dentro da categoria cidadã. A premiação é o reconhecimento nacional da importância do Projeto que dissemina informações através da arte cinematográfica para o enfrentamento às violações de direitos humanos. A placa de homenagem foi entregue às representantes da Sejudh pela Diretora de Direitos Humanos da AMATRA 8, a juíza Elinay Melo.

Premiados

Na categoria Cidadã, venceu a organização não governamental Associação Cultural Namastê, que atende pessoas de diferentes idades e deficiências no Distrito Federal. A iniciativa surgiu a partir da experiência profissional de Dança Cigana Artística da professora Luciana Vitor.

O rap "Quebrando as correntes", do aluno Maxwell Santos, da Escola Estadual de Ensino Médio Japão, em Porto Alegre, venceu na categoria Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC). A ideia surgiu quando o estudante teve contato com o Programa da Anamatra, realizado na 4ª Região pela Amatra 4.

Na categoria Imprensa, subcategoria Impresso, venceu a jornalista Camila Correia Alves, o Diário de Pernambuco, com a reportagem "Impedidas: machismo e violência no futebol". A reportagem retrata as barreiras do preconceito em um dos redutos mais machistas da sociedade brasileira: os gramados. O trabalho retrata problemas como assédio sexual, preconceito de familiares, amigos, questionamentos sobre sexualidade e a necessidade de conciliar a vida de atleta com

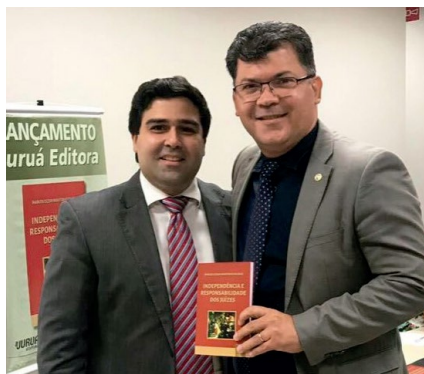
outro trabalho.

A categoria Imprensa, subcategoria Televisão premiou a equipe da TV Pajuçara (Record) com a série "Casas de Farinha: o fim da tradição. O começo da escravidão, assinada pelo repórter Thiago Correia. O jornalista mostrou como os trabalhadores produzem, em situação precária e em condições análogas à escravidão, a farinha de mandioca do estado de Alagoas. A reportagem também flagrou outras irregularidades, como o trabalho insalubre, o trabalho infantil e a ausência de equipamentos de proteção.

O difícil caminho para a educação e o mercado de trabalho das transexuais foi o tema da reportagem do jornalista Marcelo Henrique Andrade, CBN Paraíba, que venceu na categoria Imprensa, subcategoria Rádio. A série mostrou o cenário de preconceito vivido por essas pessoas, bem como histórias de força e superação e de exemplos de como o preconceito e a intolerância podem ser combatidos.

Já a categoria Imprensa, subcategoria Fotografia premiou imagem de Marcelo Prest, do jornal A Gazeta (ES), que retrata dos catadores de materiais recicláveis no Espírito Santo.

Juiz do Trabalho lança livro sobre a independência dos magistrados



Tratar do sistema de controle dos magistrados inclusive em relação ao direito comparado, na medida em que uma das principais funções do Poder Judiciário é o controle dos demais poderes (majoritários) da República é a proposta do livro lançado no dia 12 de novembro, pelo juiz do trabalho Marcos Cezar Moutinho da Cruz. Intitulado “Independência e Responsabilidade dos Juizes”, a obra aborda as conexões que esse tema proporciona com assuntos como a democracia, a tensão entre poderes, dentre outros.

O lançamento da publicação reuniu nas novas instalações da Escola Judicial do TRT 8, no 12º andar do prédio novo da Justiça do Trabalho em Belém, magistrados, servidores, advogados, além de familiares e amigos do juiz, que é titular da 2ª Vara do Trabalho de Santarém. O livro, publicado pela Editora Juruá, é fruto da dissertação de mestrado do magistrado em direitos fundamentais, pela Universidade da Amazônia, tendo recebido nota 10 e recomendação de publicação da Banca avaliadora (Profs. Drs. Océlio Moraes, Gisele Góes e Evanilde Franco).

Trata-se de um tema bastante atual e que está bem em voga nos dias de hoje, tendo em vista o protagonismo que o Judiciário vem tendo nos últimos anos. O presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, elogiou o trabalho de Marcos Moutinho. “A obra é valiosa. E já podemos considerá-la como referência no estudo deste paradigma contemporâneo que versa sobre a Independência dos Juizes”, ressaltou. Realizado, o juiz Marcos declarou que estava muito feliz em lançar o seu 1º livro. “É um desafio. Esse livro traz uma atualização da minha dissertação do mestrado. O magistrado, tendo em vista seu papel na sociedade, deve sempre buscar o conhecimento, e foi uma grande oportunidade que tive até para me reciclar, além de buscar esses novos saberes que acabam por ajudar em nossa atuação prática diária”, explicou o magistrado.

Presidente da Amatra8 participa do Congresso Luso-Brasileiro de Direito

O Presidente da AMATRA8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, esteve em Portugal para participar do VII Congresso Luso-Brasileiro de Direito, na Universidade de Lisboa. O evento aconteceu nos dias 18 e 19 de outubro e teve como tema “Os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e os 30 anos da Constituição Federal do Brasil”.

No último dia do evento, Pedro Tupinambá ministrou palestra sobre A Reforma Trabalhista Brasileira e os Direitos Humanos. “Na relação jurídica de trabalho o foco principal deve ser o Homem e não o trabalho ou a máquina, por isso não se pode tratar a questão como meramente econômica. É o homem quem dignifica o trabalho e não o trabalho que dignifica o homem. Em seu contexto geral, com raras exceções, as novas regras da Legislação Trabalhista Brasileira procuraram contrariar essa lógica em prejuízo à dignidade humana do trabalhador”, ressaltou o magistrado durante sua conferência.

O Congresso teve a temática em homenagem ao jurista Adherbal Meira Mattos e foi promovido pelo Instituto Silvío Meira em parceria com a Universidade de Lisboa, com apoio de diversas instituições. A biblioteca da Faculdade de Direito da U Lisboa foi contemplada com dois exemplares do Livro “O Mundo do Trabalho no Contexto das Reformas – Análise Crítica”, uma publicação especial em homenagem aos 40 anos da Amatra8.

Ainda em Portugal, na segunda-feira, 22 de outubro, o Presidente da AMATRA8 se reuniu, no Centro de Investigação THD da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com os Professores Catedráticos Eduardo Vera-Cruz Pinto, Pedro Barbas



Homem e o Professor Assistente Raimundo Chaves Neto.

Durante a conversa, os juristas falaram sobre o convênio entre as instituições para cursos de Mestrado e Doutorado na Universidade de Lisboa, na modalidade de estudantes, docentes e não-docentes, bem como a parceria para publicações jurídicas de ambas as instituições.



AMATRA 8 recebe visita de cortesia dos dirigentes da APEPA

A Diretoria atual da Associação de Procuradores do Estado do Pará – APEPA, representada por seu Presidente Ary Cavalcanti e pelo Delegado junto à ANAPE, Ângelo Carrascosa, visitaram a sede da AMATRA 8 e se reuniram com o Presidente da Associação, o juiz do Trabalho, Pedro Tourinho Tupinambá.

Na ocasião, conversaram sobre várias questões de interesse das carreiras

jurídicas, tanto da magistratura, quanto da Procuradoria do Estado. Entre os assuntos comuns, trataram sobre a proposta de Reforma da Previdência e os possíveis impactos para as carreiras e a sociedade.

Sobre os assuntos, elaboraram estratégias conjuntas para buscar defender as prerrogativas das carreiras, analisando o novo cenário político, com alinhamento às demais associações congêneres para conseguir uma boa interlocução junto aos novos representantes políticos eleitos.

NOTA PÚBLICA CONTRA O FIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A AMATRA8, entidade que representa os Magistrados Trabalhistas do Pará e Amapá, vem a público, externar sua perplexidade com a notícia de que o Ministério do Trabalho e Emprego seria extinto, afirmando que:

Os valores sociais do trabalho previstos no art. 1º, IV, da Constituição Cidadã, fazem parte dos princípios fundamentais do Estado Democrático Brasileiro.

O Papel do Ministério do Trabalho na fiscalização, na proteção e na busca da garantia destes Direitos Sociais corresponde na obrigação do Estado Brasileiro em procurar manter a dignidade humana do Trabalhador que, também, encontra amparo no art. 1º, III, combinado com o art. 6º, caput, ambos da Constituição Federal Brasileira em vigor.

A extinção do referido Ministério, mais do que simbolizar o desprezo para com os direitos sociais do trabalho, traz em seu bojo o risco da desconstrução da proteção necessária à Valorização do Trabalho e dignidade do trabalhador, ante a ausência de qualquer tipo de estudo sobre os impactos sociais.

A manutenção deste Ministério com suas respectivas funções é uma medida de respeito às garantias sociais na busca de erradicação das piores formas de exploração de mão de obra (Trabalho análogo a de escravo, trabalho infantil, etc.), na tentativa de buscar cumprir as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como evitar que aqueles que descumpram as obrigações trabalhistas venham se beneficiar da ausência de fiscalização necessária e eficiente em prejuízo dos bons empregadores e da sociedade brasileira.

Portanto, a Amatra8 espera e roga que seja repensada a proposta de extinção do Ministério do Trabalho e que eventuais medidas de economia recaiam sobre setores que não venham ocasionar impactos negativos para os direitos sociais e humanos dos cidadãos brasileiros.

Belém (Pa), Macapá (AP), 08 de novembro de 2018.



Pedro Tourinho Tupinambá

Presidente da Amatra8

Delegação da AMATRA 8 faz bonito nos Jogos Nacionais da Anamatra



A 11ª edição dos Jogos Nacionais da Anamatra foi realizada em Natal, no Rio Grande do Norte, entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro. A AMATRA 8 participou com uma delegação de 12 magistrados e seus familiares. Foram eles: Ana Paula Toledo de Souza Leal, Avertano Messias Klautau, Bianca Libonati Galucio, Wellington Moacir Borges de Paula, Jônatas dos Santos Andrade, Luana Madureira dos Anjos, Lucas Cilli Horta, Ney Stany Moraes Maranhão, Pedro de Meirelles, Pedro Tourinho Tupinambá, Ênio Borges Campos e Jádér Rabelo de Souza.

Promovido pela Anamatra, em parceria com a Associação dos Magistrados Trabalhistas da 21ª Região – AMATRA 21, os jogos receberam aproximadamente 600 magistrados trabalhistas de todo o Brasil. Os associados tiveram a oportunidade de participar de até 10 modalidades esportivas. Entre elas: tênis de quadra, natação, tênis de mesa, vôlei de praia, corrida e caminhada, dominó, futebol, xadrez e o be-ach tennis, que foi a novidade da edição.

O terceiro lugar geral na corrida foi da AMATRA 8, o atleta associado Pedro de Meirelles ficou com a medalha de bronze nos 5km. Além dele, participaram da prova os atletas da 8ª Região, Lucas, Avertano e Pedro Tupinambá, no masculino e Ana Paula no feminino, todos obtendo boas marcas. Ênio foi destaque na natação ficando com o 13º melhor tempo nos 50 metros masculino categoria até 44 anos de idade. Ainda participaram das modalidades tênis de mesa, o atleta Avertano e no Xadrez, Pedro Tupinambá.

Todos os homens da delegação da AMATRA 8 participaram do futebol. O jogo mais emocionante e um dos mais disputados foi a semifinal do time misto da Amatra 8 (PA/AP) com amatra 4 (RS) contra a equipe da Amatra 2 (SP). O jogo no tempo normal terminou empatado em 2 x 2, depois de um primeiro tempo em que os Bandeirantes ganhavam por dois a zero. A disputa então passou para os pênaltis, onde todos os jogadores tiveram que cobrar as penalidades, inclusive os goleiros,

voltando a repetir as cobranças diante do empate que teimava em permanecer. O goleiro titular do time misto, Jádér Rabelo, foi um dos destaques desta disputa acirrada ao defender 3 pênaltis e, ainda, marcar um dos gols. Porém, os Deuses do Futebol não permitiram que naquela noite a valorosa equipe 48 (4 e 8) fosse para a final, pois na última cobrança um de seus atletas chutou a bola na trave, o que culminou com a classificação da equipe Paulista.

Ao final do grande evento, o atleta Avertano Klautau falou da sua satisfação de poder participar da 11ª edição dos jogos da Anamatra, mas alertou para a preparação física dos magistrados. “O evento encerra mas fica a certeza da necessidade de tratarmos preventivamente de nossa qualidade de vida através da prática regular da atividade física”, concluiu.

O presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, comemorou a participação da delegação da 8ª Região. “Parabenizo a Anamatra e a AMATRA 21 pela realização do evento. Para nós foi uma honra participar de mais uma edição dos Jogos. Trouxemos uma delegação competitiva, dedicada e mostramos nosso respeito pela integração da Magistratura Trabalhista”, declarou.

Sobre o sentimento de confraternização, o Diretor de Esportes da AMATRA 8, Lucas Cilli Horta declarou: “Convidamos todos os magistrados associados da AMATRA 8, sobretudo os amantes do esporte, que participem do evento do próximo ano. É uma forma de interagir numa programação esportiva e social bem divertida. Que a gente possa fazer a próxima edição a maior e a melhor de todos os tempos”.

A delegação da AMATRA 8 ainda se reuniu com seus familiares num jantar especial para celebrar a participação de todos nos jogos.







Pela primeira vez na história, três desembargadoras administrarão o TRT8 nos próximos dois anos.

O TRT da 8ª Região tem nova administração. No biênio 2018-2020, pela primeira vez na sua história, três mulheres estarão à frente da instituição. Desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal como presidente; desembargadora Mary Anne Acatauassu Camelier Medrado como vice-presidente e desembargadora Graziela Leite Colares como corregedora-regional tomaram posse na tarde do dia 7 de dezembro, em concorrida cerimônia realizada no auditório do TRT8.

A sessão extraordinária do Pleno teve início por volta das 18 h, com a composição da mesa que contou com a presença do ministro do TST, Waldir Oliveira da Costa, do representante do Procurador Geral do Trabalho, Rafael Marques, e do Procurador-Geral do Estado do Pará, Ophir Cavalcante Filho, representando o governador do Estado do Pará, Simão Jatene, além de representantes do Ministério Público do Trabalho, da Ordem dos Advogados Brasil, seção Pará, e dos 22 desembargadores que integram o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Em seguida, a então presidente do tribunal, desembargadora Suzy Koury, declarou aberta a sessão destinada a dar posse à administração para o biênio 2018/2020 e a Banda do Comando Militar do Norte executou o Hino Nacional. Em seu último discurso como presidente do TRT8, Suzy Koury prestou contas da sua gestão. A desembargadora, que exerceu o cargo de presidente do TRT8 no período de 2016-2018, destacou as obras físicas como as melhorias no complexo de prédios que fazem parte do tribunal, assim como as ações que foram implementadas para ampliar a qualidade de vida dos magistrados e servidores que integram a instituição. Segundo ela, as melhorias contribuíram para atender melhor aos magistrados e servidores, advogados e aos jurisdicionados que diariamente estão presentes na Justiça do Trabalho.

A cerimônia prosseguiu com a posse da desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal, que foi chamada para fazer o cumprimento de posse. Após isso, o termo de posse foi lido pela secretária judiciária e a desembargadora Suzy Koury declarou a desembargadora Pastora Leal como nova presidente do TRT da Oitava Região. A nova presidente assumiu o assento na presidência do Egrégio Tribunal e empossou a vice-presidente, desembargadora Mary Anne Acatauassu, e a corregedora-regional, Graziela Leite Colares.

A nova presidente do TRT8 discursou para um auditório completamente lotado. Ela saudou a todos os presentes e cumprimentou juízes e servidores que atuaram com ela ainda no 1º grau, e os que convivem com ela no gabinete de desembargo. Fez questão de citar entre os presentes professores que foram responsáveis por sua formação docente como o educador Edson Franco, presente à

solenidade. Ao falar dos professores, disse que “foram eles que moldaram, com seus ensinamentos, o ser humano que sou.”

No discurso, que durou cerca de 30 minutos, contou um pouco de sua trajetória na magistratura e que atuou em Tucuruí, Marabá, Ananindeua e Belém. Ainda muito jovem, aos 24 anos, passou no concurso para juiz, e que tinha cerca de 30 anos quando foi convocada para a 2ª Turma e que, antes dos 40 anos, já era desembargadora do trabalho. Ao falar sobre a nova administração, que começa agora, disse que “é simbólica, marcada pela presença feminina de magistradas de carreira, que conhecem as vicissitudes da arte de julgar e que, assim como eu, tiveram que abrir mão de muitos afetos, de muito convívio com a sua família.”

Ao se referir às duas desembargadoras que tomaram posse juntamente com ela e atuarão à frente do Tribunal nos próximos dois anos como vice-presidente e corregedora-regional, disse que são mulheres de perfil arrojado. “São magistradas de muito conhecimento e experiência. Estou certa que me ajudarão a fazer uma profícua e bem sucedida gestão. Juntas, somos e seremos mais.”

A vice-presidente, Mary Anne Acatauassu, que está há 9 anos no desembargo e que ingressou no tribunal desde 1993, falou sobre a expectativa de exercer a nova função. “Vejo isso como uma das atividades inerentes ao cargo. Estou apreensiva com a responsabilidade, mas satisfeita com os colegas que estão juntos na administração. São pessoas, como eu, juízes de carreira, que conhecem a realidade não só da vida dos juízes, dos processos que tramitam na região e a realidade das Varas do Trabalho, e que chegam aqui maduros para exercer a administração do tribunal.”

Administração - É a primeira vez que a nova administração do TRT8 será formada integralmente por mulheres, todas juízas de carreira com trajetórias semelhantes na Justiça do Trabalho. A eleição da nova administração ocorreu em outubro deste ano. A eleição das desembargadoras seguiu o critério de antiguidade, sendo escolhidas as que estão há mais tempo desempenhando suas funções na Justiça do Trabalho da Oitava Região, e que ainda não haviam feito parte da administração.





Anamatra realiza 1º Encontro das Lideranças Associativas das Magistradas da Justiça do Trabalho

Aconteceu, no dia 6 de dezembro, o 1º Encontro das Lideranças Associativas das Magistradas da Justiça do Trabalho, na sede da Anamatra, em Brasília. Representando a AMATRA 8, a Vice-Presidente Núbia Guedes, a Diretora de Direitos Humanos, Elinay Melo e a Secretária-Geral, Silvana Braga.

A abertura foi realizada pelo presidente da entidade, Guilherme Feliciano; pela vice-presidente, Noemia Porto e pelo diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos, Luiz Antonio Colussi.

Na ocasião, o presidente Feliciano citou um trecho do poema “Mulher”, de Ivone Boechat, e afirmou que a participação feminina na Magistratura deve ser repensada, questionada e consolidada.

“‘Um novo milagre: fez-se carne, fez-se bela, fez-se amor, fez-se na verdade como Ele quer!’ No poema, “Ele” parte da premissa de um Deus masculino, de um discurso masculino, de um mundo masculino, de uma sociedade masculina, de uma Magistratura masculina, de uma Anamatra masculina. Este grupo de trabalho está formado para ir além do discurso e pensar ações. Porque o Tribunal Superior do Trabalho nunca foi presidido por uma mulher? Por que em quarenta e dois anos de Anamatra tivemos apenas três mulheres na presidência? Essas questões precisam ser debatidas. Os gargalos precisam ser equacionados”, pontuou o presidente da entidade.

Durante todo o dia, as presidentes e diretoras das Amatras regionais reuniram-se para debater as temáticas da Magistratura voltadas às mulheres, como a participação das mulheres na política associativa, além de participar de palestras, oficinas de trabalho e rodas de discussão. Para mais, serão definidas estratégias de pesquisa, mapeamento e atuação da Comissão “Anamatra Mulheres”.

Após a abertura, a professora da Universidade de Brasília (UnB), Janaína Penalva, apresentou às magistradas a palestra “Poder Judiciário e Políticas de Inclusão e Gênero: Silêncios, Omissões e Expectativas”.

Desembargador Sérgio Rocha inaugura foto na galeria de presidentes do TRT8

Na manhã do dia 19 de julho, ocorreu a cerimônia da aposição de foto do desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha na galeria de presidentes do TRT8, localizada na sala de sessões do Pleno. O desembargador, que integra a Justiça do Trabalho desde 1989, ocupou o cargo de presidente do tribunal de 28 de novembro de 2014 a 01 de dezembro de 2016. A cerimônia de aposição foi conduzida pela presidente do TRT8, desembargadora Suzy Koury e contou com a presença de magistrados, servidores e familiares do desembargador.

O Presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá e a Diretora de Direitos Humanos, Elinay Melo acompanharam a sessão e parabenizaram pessoalmente o magistrado associado que também foi presidente da Associação no período de 1999 a 2001.

Corregedor

Na manhã do dia 3 de setembro, ocorreu a cerimônia da aposição de foto do desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho na galeria de corregedores do TRT8. O desembargador, que é ex-presidente da AMATRA 8, ocupou o cargo de corregedor do tribunal também no período de 28 de novembro de 2014 a 01 de dezembro de 2016.

A cerimônia de aposição foi conduzida pela presidente do TRT8, desembargadora Suzy Koury e contou com a presença do presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá além de outros magistrados, servidores e familiares do desembargador.

Todas as galerias do tribunal, tem como objetivo maior preservar a memória da Justiça do Trabalho e homenagear magistrados e servidores que se dedicaram ao TRT8.



Amatra 8 comemora 40 anos de existência

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8 completou, no dia 6 de outubro, 40 anos de fundação. Ao longo de todo o ano de 2018 a entidade vem realizando eventos comemorativos em alusão a esse marco histórico. No dia 2 de dezembro, uma festa de confraternização, realizada no Toca Restô, com a presença de mais de 100 pessoas entre associados e familiares culminou as comemorações pela data.

Em seu discurso, o presidente da AMATRA 8 e diretor de Informática da Anamatra, Pedro Tourinho Tupinambá, fez um breve agradecimento à presença de todos e parabenizou não apenas os que já fizeram história à frente da diretoria da Associação mas todos os associados que, segundo ele “são a base que sustenta o pilar do associativismo regional”.

“De lá para cá, muitas foram as conquistas, mas, sem dúvida, é permanente a necessidade da luta contínua para os avanços que ainda se fazem necessários, seja no campo dos Direitos Sociais, entre os quais o Direito do Trabalho, seja nas prerrogativas da magistratura, postas em favor da própria sociedade. São muitas as frentes de luta para avançarmos na direção de uma magistratura única, forte e independente”, finalizou o seu discurso o Presidente.

A AMATRA 8, desde a sua fundação, testemunhou capítulos decisivos da história do país e do seu processo de democratização, de suas instituições e de toda sociedade. Para resgatar um pouco mais dessa trajetória, em 2018, foi filmado um documentário para celebrar os 40 anos, através de depoimentos de alguns ex-presidentes que contaram o que vivenciaram junto ao movimento associativo ao longo dessas 4 décadas.

Uma cópia do documentário que tem 25 minutos de duração foi entregue a cada associado, em um pen drive que carrega o vídeo com as memórias dos 40 anos da AMATRA 8. Além deste brinde, durante a festa foram sorteados vários outros entre os associados presentes. Passagem aérea, cesta de chocolates e panetones fizeram a alegria dos magistrados durante toda a noite que ainda contou com o show da banda Arrochaê.

Sócios-Fundadores - O evento também foi palco de homenagens. Os sócios-fundadores da AMATRA 8 foram agraciados com um certificado de Honra ao Mérito, numa reverência dos atuais dirigentes àqueles que construíram as bases da entidade que completou quatro décadas. “Se hoje celebramos a história da Amatra 8 é porque contamos com a disposição de abnegados colegas que se dedicaram ao início do movimento associativo”, ressaltou o presidente Pedro.

Após a homenagem aos sócios com a entrega do certificado, inclusive aos representantes daqueles fundadores que já não estão mais entre nós, interveio, usando da palavra o decano do TRT 8, desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, que além de fundador, foi presidente da AMATRA 8 nos anos de 1987 a 1989, que agradeceu. “Estes momentos são sempre de grande emoção em especial quando se fala de pessoas que abraçaram este projeto desde o início”, lembrou o magistrado que também fez parte do grupo de juízes fundadores da Associação Nacional de Magistrados Trabalhistas em 1976.

18 Anos – A turma de magistrados composta pelos Juízes Anna Laura Coelho Pereira, Jônatas dos Santos Andrade, Natasha Schneider e Suzana Maria Lima de Moraes Affonso Carvalho dos Santos, completou 18 anos e também foi homenageada durante o evento.

Nossas homenagens à AMATRA 8 e a todos os Magistrados do Trabalho da 8ª Região!





Doc “Saiba Tudo sobre o Trabalho Infantil” é exibido na Casa das Artes

Começar a semana exibindo o documentário “Saiba Tudo sobre o Trabalho Infantil” para uma plateia de 80 estudantes na Casa das Artes faz toda diferença para renovar a força e batalhar pelos direitos das crianças e adolescentes. Foi isso que a AMATRA 8, em parceria com a MultiAB produtora fez na manhã do dia 24 de setembro.

A realidade cruel de crianças exploradas no mundo do trabalho e os impactos brutais na vida de adultos vítimas do trabalho infanto-juvenil são as temáticas do documentário “Saiba Tudo sobre o Trabalho Infantil”, coordenado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região - Pará/Amapá (Amatra8).

O documentário narra a realidade de crianças e adolescentes vitimados pelo trabalho infantil e, começa a fazer o seu papel de ferramenta audiovisual no combate à exploração do trabalho de menores de idade, ao entrar nas escolas públicas estaduais.

Ao final da exibição o Presidente da AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, juntamente com o produtor do vídeo, o publicitário Alexandre Baena, esclareceram as dúvidas que ainda restaram aos jovens sobre o mundo do trabalho. A aprendizagem e os caminhos para o mercado de trabalho formal e legal foram os assuntos mais questionados durante o bate papo.



Presidente da AMATRA 8 participa do I Encontro das Relações Internacionais da OAB/PA



O plenário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará ficou pequeno para receber tantos interessados por ocasião do I Encontro de Relações Internacionais da OAB/PA, no dia 31 de agosto, promovido pela Comissão de Relações Internacionais da entidade, que tem à frente a advogada Érika Alencar Tupinambá.

Com a temática do Fluxo Migratório Venezuelano em Belém e seus Impactos Trabalhistas, o painel da tarde foi composto pelo palestrante Samuel Medeiros que é especialista em Direito Processual e teve como debatedores o Venezuelano Gabier Rangel, graduado em relações internacionais pela Universidade Central da Venezuela e ainda o juiz do Trabalho Presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, que é mestrando em Direitos Fundamentais.

O magistrado presidente da AMATRA 8 considerou excelente o evento e a organização. “Foi uma honra participar deste Encontro que tratou sobre temas relevantes e atuais, com um público atento e interessado”, parabenizou a comissão pela condução dos trabalhos do dia.



AMATRA 8 tem programação especial durante a Semana Institucional do TRT 8



Aproveitando a semana institucional realizada pelo TRT 8 nos dias 12, 13 e 14 de novembro, a AMATRA 8 preparou uma programação especial para os associados:

Na segunda-feira (12/11), realizou um almoço quando comemorou os aniversariantes dos meses de setembro, outubro e novembro deste ano, na sede da Associação.

Na terça-feira (13/11), devido ao sucesso do último evento, foi feito um Happy Hour também na sede da AMATRA 8, com cerveja e tábua de frios para a celebração do momento de união da carreira. Neste dia, o encontro foi marcado para o fim da tarde.



Nem nem previdência, nem nem empregos, nem nem direitos e bye bye justiça em um contexto de promessas de reformas no Brasil

Pedro Tourinho Tupinambá



Assistindo ao Jornal transmitido por uma rede de comunicação, em pleno dezembro de 2018, vi passar sem maiores alardes ou protestos a notícia de que o número de pessoas em idade de população economicamente ativa que estão sem perspectivas de receber aposentadoria futura é de 4 a cada 10 brasileiros, seja em razão de estarem no mercado informal seja por não ter emprego.

A mídia já denominou a estas pessoas que trabalham no mercado informal, sem recolhimento de contribuição previdenciária de “nem nem previdenciário”, por estarem de fora do sistema de previdência seja pública e, também, privada.

Passados um ano da Reforma Trabalhista no Brasil, a promessa de diminuir o desemprego não se concretizou, sendo que a precarização do trabalho se proliferou. E assistimos perplexos declarações de diminuir, ainda, mais os direitos dos Trabalhadores ao se insinuar mexer no art. 7º da Constituição para excluir os direitos de férias e 13º salário, como se os direitos reconhecidos fossem culpados pelo desemprego e pela situação econômica do País.

Aumentar o trabalho informal como se propaga em verso e prosa apenas irá contribuir para excluir ainda mais os trabalhadores do sistema de proteção trabalhista e do sistema previdenciário. Representará, no mínimo, o aumento da pobreza e a escassez de arrecadação fiscal e previdenciária o que vai na contramão dos argumentos de ser necessário melhorar a receita da previdência social.

Ah, trabalhador, agora nem nem previdência, também, parece que vai ficar nem nem direitos.

Justiça? Bye, Bye.

Previdência deficitária? Como, se todo o ano são redirecionados recursos arrecadados pela previdência para outros setores através da DRU? Não existe o déficit da previdência, isso já foi demonstrado matematicamente pela Associação dos Auditores Fiscais em tabela divulgada em redes sociais e diversos meios de comunicação.

Mudar a previdência dos Servidores e acabar com a aposentadoria integral? Essa Reforma já foi feita através da Emenda Constitucional nº 41 de dezembro de 2003, sendo que todos aqueles que ingressam no serviço público a partir do início da vigência desta Emenda não vão receber aposentadoria integral quando se aposentar. Ah, mas é importante informar à população que a Contribuição Previdenciária desses servidores, também, diminuiu porque não

sendo integral a aposentadoria, o recolhimento deve ser pelo teto da mesma forma que para os Celetistas.

Isso ocorre porque o cálculo é científico, atuarial, cada contribuinte na verdade contribui durante determinado período de tempo, para que ao final deste tempo possa gozar a aposentadoria de acordo com o que contribuiu ao longo de sua atividade.

A verdade é que cada um contribui para sua própria aposentadoria, não havendo que se falar em aposentadoria integral ser custeada pelo povo ou por aquele que não receberá aposentadoria integral.

O que se pretende agora, na verdade, com uma política rentista, buscar fazer com que aqueles que vêm contribuindo ao longo de vários anos sobre o seu total de rendimentos passem a ter direito de receber uma aposentadoria no final de sua vida como se tivessem contribuído menos, apenas sobre o teto da previdência. Ora, e o valor contribuído a maior? Vai ficar para quem? Será devolvido ao contribuinte?

O contexto das Reformas que provavelmente serão propostas, considerando as declarações feitas publicamente, demonstram que uma está umbilicalmente ligada a outra. A provável nova Reforma Trabalhista irá reduzir ainda mais os direitos trabalhistas trazendo como consequência a diminuição das arrecadações fiscais e previdenciária, com isso se terá a necessidade de aumentar as dificuldades para recebimento do benefício da aposentadoria através do aumento da idade e tempo de contribuição para percepção do benefício (Reforma Previdenciária).

E a Justiça? Mas, Justiça para quê? Não havendo Direito a garantir não haverá motivo para se falar em Justiça...

Hoje, o número de demandas trabalhistas já diminuiu assustadoramente o que não significa dizer ter reduzido o número de conflitos. Na verdade, o que ocorre é claramente uma vedação de acesso à Justiça com imposição de custas, multas, entre outros recursos para fazer com que o trabalhador não receba o seu direito e, ainda tenha que pagar por acessar o Judiciário.

Os direitos reclamados na Justiça do Trabalho, de acordo com as estatísticas da Justiça em números, são geralmente relacionados a pagamento de verbas rescisórias e de natureza alimentar. Ora, como permitir que nesses casos, possa acontecer de ser reconhecido parte desses direitos e o trabalhador não ter direito

de recebê-los por ter que pagar honorários de sucumbência em razão de não ter ganho todos os pedidos, e, pior, havendo possibilidade de nada receber e, ainda, ter que pagar como se fosse o devedor da obrigação principal discutida em juízo.

É estamos mesmo vendo passar diante de nossos olhos e sem reação alguma os nem nem previdência sendo nem nem direitos e todos nós dando bye bye à Justiça. Enquanto na Hungria o povo grita e protesta quanto à alteração de uma lei trabalhista que aumentou as horas extras anuais de 200 para 400.

Em pensar que Aristóteles¹ sabiamente já dizia que para se obter a Igualdade era necessário tratar os desiguais desigualmente na medida de suas desigualdades. Algo que era feito pelo Direito do Trabalho Brasileiro e foi incorporado ao Direito do Consumidor, porém parece que irá adormecer no tempo dentro do Direito do Trabalho desconstruído.

Hanna Arent², em seu livro *A condição Humana*, já afirmava que “A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter Direitos”. Onde estarão os nossos direitos com as diversas Reformas que estão sendo anunciadas?

Verde e Amarelo são as cores de nossa Bandeira que representam coragem e luta por Direitos não podendo ser maculada com políticas de extinção de direitos.

O que aumenta a economia macroeconômica do País é o fomento da produção, o aquecimento da economia, a necessidade de produção, são esses fatores decorrentes da própria lei de mercado que incrementam os empregos, que garantem o crescimento da indústria, do mercado e do trabalho. A redução de Direitos Trabalhistas com sua transformação em trabalhos informais em nada contribui para melhorar a economia, aumentar postos de emprego, nem mesmo ajuda a atividade produtiva no País.

Para finalizar cito o economista Norte Americano James Tobin, professor da Universidade de Yale, prêmio Nobel de Economia em 1981, que criticou violentamente, em suas publicações, as ideologias defendidas pela “Escola de Chicago” que hoje são apregoadas como a salvação econômica do País mesmo tendo sido a política econômica fracassada aplicada no Governo ditatorial de Pinochet no Chile da década de 1970. Tudo na esperança de que dias melhores virão.

¹ ARISTÓTELES. A política Trad. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p.60.

² ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 13ª Edição. Editora Forense Universitária, 2016.

*Mestrando em Direitos Fundamentais pela UNAMA, Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela UNIDERP, Especialista em Economia do Trabalho e Relações Sindicais pela UNICAMP, Juiz do Trabalho, Presidente da AMATRA 8 e Diretor da ANAMATRA.